

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DE RONDÔNIA - CAU/RO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RONDÔNIA - CAU/RO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Balanços financeiros

Balanços orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO
Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) limitação de escopo relacionada à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/RO a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	577.865,92	269.198,77	PASSIVO CIRCULANTE	45.876,15	22.157,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	444.779,35	256.983,57	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	129.017,31	8.145,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.069,26	4.069,26	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.740,96	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.318,10	919,49
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	33.918,14	21.238,31
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	134.394,85	158.929,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.898,95	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	134.394,85	158.929,93	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	200.715,44	200.715,44	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	66.320,59	41.785,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	45.876,15	22.157,80

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	666.384,62	405.970,90
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	666.384,62	405.970,90

TOTAL	712.260,77	428.128,70	TOTAL	712.260,77	428.128,70
ATIVO FINANCEIRO	444.779,35	219.267,32	PASSIVO FINANCEIRO	45.876,15	22.157,80
ATIVO PERMANENTE	267.481,42	208.861,38	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				666.384,62	405.970,90

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	398.903,20	197.109,52

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.033.024,87	851.777,17	Despesa Orçamentária	856.267,61	738.044,40
RECEITA REALIZADA	1.033.024,87	851.777,17	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
RECEITA CORRENTE	1.033.024,87	851.777,17	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	7.740,96	738.044,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	171.554,31	122.599,88	CREDITO EMPENHADO – PAGO	848.526,65	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	171.554,31	122.599,88	DESPEZA CORRENTE	848.526,65	
ANUIDADES	171.554,31	122.599,88	PESSOAL	450.318,91	
RECEITA DE SERVIÇOS	377.994,28	355.992,94	MATERIAL DE CONSUMO	18.884,82	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	377.860,55	355.992,94	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	97.884,32	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	133,73		SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	246.324,08	
FINANCEIRAS	38.886,64	34.576,68	ENCARGOS DIVERSOS	17.800,49	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES		4.279,89	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.314,03	
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	9.326,40	287,72	DESPEZA DE CAPITAL		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.560,24	30.009,07	INVESTIMENTOS		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	29.560,24	30.009,07			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	444.341,85	338.607,67			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	247,79				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	247,79				
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		738.044,40

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			DESPEZA CORRENTE		677.428,40
			PESSOAL		265.257,86
			MATERIAL DE CONSUMO		9.336,00
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		72.137,00
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		302.572,96
			ENCARGOS DIVERSOS		13.432,05
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.692,53
			DESPEZA DE CAPITAL		60.616,00
			INVESTIMENTOS		60.616,00
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	456.020,41	984.811,25	Pagamentos Extraorçamentários	444.981,89	986.735,12
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.740,96		Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49.457,11		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.558,16	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	398.822,34		Outros Pagamentos Extraorçamentários	398.423,73	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	256.983,57	145.174,67	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	444.779,35	256.983,57
Caixa e Equivalente de Caixa	256.983,57		Caixa e Equivalente de Caixa	444.779,35	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	1.746.028,85	1.981.763,09		1.746.028,85	1.981.763,09

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	997.829,00	1.052.375,33	1.033.024,87	-19.350,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	155.714,00	178.441,60	171.554,31	-6.887,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	155.714,00	178.441,60	171.554,31	-6.887,29
ANUIDADES	155.714,00	178.441,60	171.554,31	-6.887,29
RECEITA DE SERVIÇOS	341.806,00	354.123,90	377.994,28	23.870,38
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	341.806,00	354.123,90	377.860,55	23.736,65
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	133,73	133,73
FINANCEIRAS	11.940,00	30.463,54	38.886,64	8.423,10
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	11.940,00	11.664,00	9.326,40	-2.337,60
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	18.799,54	29.560,24	10.760,70
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	18.799,54	29.560,24	10.760,70
TRANSFERENCIAS CORRENTES	488.369,00	489.098,50	444.341,85	-44.756,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	247,79	247,79	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	247,79	247,79	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	234.825,67	0,00	-234.825,67
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	234.825,67	0,00	-234.825,67
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	0,00	234.825,67	0,00	-234.825,67
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	997.829,00	1.287.201,00	1.033.024,87	-254.176,13

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			997.829,00	1.287.201,00	1.033.024,87	-254.176,13
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	978.578,86	1.033.124,62	856.267,61	856.267,61	848.526,65	176.857,01
PESSOAL	435.945,65	480.163,37	454.466,93	454.466,93	450.318,91	25.696,44
PESSOAL E ENCARGOS	414.659,83	438.535,13	417.766,93	417.766,93	413.618,91	20.768,20
DIÁRIAS	21.285,82	41.628,24	36.700,00	36.700,00	36.700,00	4.928,24
MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	23.191,50	18.884,82	18.884,82	18.884,82	4.306,68
MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	23.191,50	18.884,82	18.884,82	18.884,82	4.306,68
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.755,60	113.678,60	97.884,32	97.884,32	97.884,32	15.794,28
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	19.905,60	17.265,60	16.930,00	16.930,00	16.930,00	335,60
DIÁRIAS	72.850,00	96.413,00	80.954,32	80.954,32	80.954,32	15.458,68
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	408.569,61	378.661,12	249.917,02	249.917,02	246.324,08	128.744,10
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	51.948,00	40.948,00	40.302,00	40.302,00	40.302,00	646,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	77.125,91	57.788,41	27.576,61	27.576,61	23.983,67	30.211,80
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	35.303,00	36.026,97	35.315,35	35.315,35	35.315,35	711,62
SERVIÇOS PRESTADOS	148.010,72	154.957,73	79.874,10	79.874,10	79.874,10	75.083,63
PASSAGENS	96.181,98	88.940,01	66.848,96	66.848,96	66.848,96	22.091,05
ENCARGOS DIVERSOS	12.000,00	20.116,00	17.800,49	17.800,49	17.800,49	2.315,51
ENCARGOS DIVERSOS	12.000,00	20.116,00	17.800,49	17.800,49	17.800,49	2.315,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.308,00	17.314,03	17.314,03	17.314,03	17.314,03	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	17.308,00	17.314,03	17.314,03	17.314,03	17.314,03	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	234.826,24	0,00	0,00	0,00	234.826,24
INVESTIMENTOS	0,00	234.826,24	0,00	0,00	0,00	234.826,24
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	149.826,24	0,00	0,00	0,00	149.826,24

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	19.250,14	19.250,14	0,00	0,00	0,00	19.250,14
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	997.829,00	1.287.201,00	856.267,61	856.267,61	848.526,65	430.933,39
SUPERÁVIT	0,00	0,00	176.757,26	0,00	0,00	0,00
TOTAL	997.829,00	1.287.201,00	1.033.024,87	856.267,61	848.526,65	254.176,13

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.153.896,24	856.337,67	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	893.482,52	715.788,89
CONTRIBUIÇÕES	292.425,68	128.735,40	PESSOAL E ENCARGOS	430.446,76	241.367,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	292.425,68	128.735,40	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	385.666,26	214.405,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	292.425,68	128.735,40	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	385.666,26	214.405,95
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	377.994,28	354.417,92	BENEFÍCIOS A PESSOAL	44.780,50	26.961,68
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	377.994,28	354.417,92	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	44.780,50	26.961,68
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	377.994,28	354.417,92	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	445.721,73	459.728,73
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	38.886,64	34.576,68	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	18.884,82	9.336,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	9.326,40	4.567,61	CONSUMO DE MATERIAL	18.884,82	9.336,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	9.326,40	4.567,61	SERVIÇOS	402.301,83	431.142,01
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	29.560,24	30.009,07	DIARIAS	117.654,32	113.607,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29.560,24	30.009,07	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	83.778,96	110.946,35
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	444.341,85	338.607,67	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	200.868,55	206.588,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	444.341,85	338.607,67	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	24.535,08	19.250,72
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	444.341,85	338.607,67	DEPRECIACAO	24.535,08	19.250,72
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	247,79	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17.314,03	14.692,53
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	247,79	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.314,03	14.692,53
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	247,79	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.314,03	14.692,53
Total das Variações Ativas :	1.153.896,24	856.337,67	Total das Variações Passivas :	893.482,52	715.788,89
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	260.413,72	140.548,78
Total	1.153.896,24	856.337,67	Total	1.153.896,24	856.337,67

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.033.024,87	851.777,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	171.554,31	122.599,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	171.554,31	122.599,88
ANUIDADES	171.554,31	122.599,88
RECEITA DE SERVIÇOS	377.994,28	355.992,94
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	377.860,55	355.992,94
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	133,73	0,00
FINANCEIRAS	38.886,64	34.576,68
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	4.279,89
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	9.326,40	287,72
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.560,24	30.009,07
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	29.560,24	30.009,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	444.341,85	338.607,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	247,79	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	247,79	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	984.811,25
OUTROS INGRESSOS	448.279,45	0,00
DESEMBOLSOS		
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	986.735,12
DESPEZA CORRENTE	0,00	677.428,40
PESSOAL	0,00	265.257,86
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	9.336,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	72.137,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	302.572,96
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	13.432,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	14.692,53
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	444.981,89	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.036.322,43	172.424,90
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
DESPEZA CORRENTE	848.526,65	0,00
PESSOAL	450.318,91	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	18.884,82	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	97.884,32	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	246.324,08	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	17.800,49	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.314,03	0,00
DESPEZA DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	60.616,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-848.526,65	-60.616,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	187.795,78	111.808,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	256.983,57	145.174,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	444.779,35	256.983,57

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE RONDÔNIA - CAU RO

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 33/2012.

O Conselho está localizado na Avenida Carlos Gomes, 501 – Caiari (Porto Velho-RO).

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia não se utiliza de estimativas e julgamentos em suas demonstrações contábeis, por entender que as mesmas não se aplicam as demonstrações contábeis, realizadas de acordo com a Lei nº 4.320/64.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAURO, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1 Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

4.1.1 Caixas e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 444.779,35** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), se apresentam da seguinte forma:

4.1.1.1 Bancos c/ Movimento

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00** (zero reais), saldo é transferido diariamente para a conta de aplicação conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

4.1.1.2 Bancos c/ Aplicações Financeiras

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 444.779,35** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

4.1.1.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2015	Variação
Bancos c/ Movimento	-x-	-x-	-x-
Bancos c/ Aplicações Financeiras	444.779,35	256.983,57	187.795,78
Total acumulado	444.779,35	256.983,57	187.795,78

Os recursos financeiros disponíveis estão aplicados a curto prazo no Banco do Brasil S/A.

4.1.2 Créditos a Curto Prazo

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

4.1.2.1 Créditos a Receber – Anuidades do Exercício – PF e PJ

O valor de **R\$ 66.822,35** (sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos), refere-se aos valores a receber de anuidades do exercício relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

4.1.2.2 Créditos a Receber – Anuidades do Exercício Anterior – PF e PJ

O valor de **R\$ 62.194,96** (sessenta e dois mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos), refere-se aos valores a receber de anuidades do exercício anterior relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

4.1.2.3 Provisão para perda estimada de créditos – Anuidades de PF e PJ

Não foi realizada a previsão de perdas para devedores duvidosos no exercício de 2016, relativo a anuidades de PF e PJ, uma vez que, ainda não foi possível fazer uma avaliação da perda dos créditos nos últimos 05 (cinco) exercícios. Está em estudo pelo CAU-BR a normatização da provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, que poderá ser implantada a partir do exercício de 2017.

4.1.3 Demais Créditos a Curto Prazo

4.1.3.1 Devedores da Entidade

Registra o valor a receber de **R\$ 3.649,42** (três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstramos:

Sindicato – R\$ 82,65

O valor de **R\$ 82,65** (oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), refere-se a pagamento de Contribuição Sindical paga a maior. O ressarcimento se dará através de processo junto ao sindicato.

1) Tributos e Contribuições – R\$ 1.355,54

O valor de **R\$ 1.355,54** (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), refere-se a pagamento indevidos de Impostos.

2) Instituto Nacional de Licitação HQZ Ltda – R\$ 2.211,23

O valor de **R\$ 2.211,23** (dois mil, duzentos e onze reais e vinte e três centavos), refere-se a pagamento efetuado em duplicidade.

4.1.3.2 Entidades Públicas Devedoras

Registra o valor a receber de **R\$ 419,84** (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), conforme demonstramos:

1) Caixa Econômica Federal – R\$ 419,84

O valor de **R\$ 419,84** (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), refere-se a pagamento de FGTS em duplicidade. O ressarcimento se dará através de processo junto ao Caixa Econômica Federal.

4.2 Ativo Não Circulante

O Ativo não circulante é composto pelo Imobilizado.

4.2.1 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU/RO em 31/12/2016 é de **R\$ 200.715,44** (duzentos mil, setecentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), composto da seguinte forma:

Discriminação do Bem	Valor
Móveis e Utensílios	62.186,83
Máquinas e Equipamentos	22.581,61
Veículos	88.890,00
Equipamentos de Processamento de Dados	27.057,00
Total de Bens Móveis	200.715,44

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Todos dos bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado (SISPAT.NET).

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Vida útil dos Bens

Discriminação do Bem	Vida útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos

Taxas anuais de depreciação e valor residual

Discriminação do Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Veículos	10%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	10%

Os valores de depreciação e Amortização registrados em 31/12/2016, estão assim discriminados:

Depreciação	R\$
Depreciação acumulada em 31/12/2015	41.785,51
Depreciação janeiro a dezembro de 2016	24.535,08
Depreciação acumulada em 31/12/2016	66.320,59

O Conselho adotou as normas do MCASP no exercício. Em 2016 foi registrada a depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2016.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo – O CAU BR não baixou nenhuma Resolução específica sobre a vida útil econômica de um ativo, por entender que todos os bens móveis dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo tem menos de 05 (cinco) anos de uso. No entanto, fez um apanhado da vida útil utilizada por outros Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional (CRC, CFM), que serviram como parâmetro para utilização pelos CAUs UFs.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

4.2.2 Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

5. Passivo Circulante

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante.

5.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

5.1.1 Restos a Pagar Processado

O valor escriturado em Restos a Pagar Processado em 31/12/2016 é de **R\$ 7.740,96** (sete mil, setecentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

5.1.2 Obrigações de Fiscais a Curto Prazo

O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações Fiscais a Curto Prazo em 31/12/2016 é de **R\$ 1.318,10** (um mil trezentos e dezoito reais e dez centavos), discriminado da seguinte forma:

5.1.3 Tributos/Contribuição: IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a Recolher (COSIF)

Refere-se a retenção de impostos federais, no valor de **R\$ 282,97** (duzentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos);

5.1.4 ISS S/Serviços PJ

Refere-se retenção de obrigações fiscais com o Município, no valor de **R\$ 1.035,13** (um mil e trinta e cinco reais e treze centavos).

5.1.5 Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS

Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 33.918,14** (trinta e três mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias	R\$	26.090,90
INSS	R\$	5.479,06
FGTS	R\$	2.087,26
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$	260,92
Total de provisões em 31/12/2016	R\$	33.918,14

Observação:

- a) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- b) O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2014.

5.1.6 Consignações

O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações em 31/12/2016 é de **R\$ 2.898,95** (dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos). As consignações referem-se à retenção de INSS e IRRF sobre a folha de pagamento.

5.2 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Não houve nenhuma provisão de perdas para riscos cíveis e ou trabalhistas, conforme informado pela Assessoria Jurídica do CAU/RO.

6. Passivo Não Circulante

6.1 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU/RO apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$ 666.384,62** (seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de R\$ 260.413,72 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos) correspondente a 64,15% em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

6.2 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 260.413,72** (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

6.2.1 Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.153.896,24
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(R\$ 893.482,52)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 260.413,72

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

6.2.2 Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 856.337,67
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(R\$ 715.788,89)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15	R\$ 140.548,78

7. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016, conforme artigo 102 da Lei nº 4.320/64, foi um **Superávit de R\$ 176.757,26** (cento e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme demonstramos:

7.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 1.033.024,87
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado 31/12/16	(R\$ 848.526,65)
c) (-) Crédito Empenhado a Liquidar 31/12/16	(R\$ 7.740,96)
d) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ 176.757,26

7.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15	R\$ 851.777,17
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado até 31/12/15	(R\$ 738.044,40)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 113.732,77

8. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 398.903,20** (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e três reais e vinte centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

8.1 RESULTADO FINANCEIRO 2016

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/16	R\$ 444.779,35
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/16	R\$ (45.876,15)
c) (=) Superávit Financeiro em 31/12/16	R\$ 398.903,20

8.2 RESULTADO FINANCEIRO 2015

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/15	R\$ 256.983,57
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/15	R\$ (22.157,80)
c) (=) Superávit Financeiro em 31/12/15	R\$ 234.825,77

9. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra-orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extra-orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	R\$ 1.033.024,87
Ingressos Extra-Orçamentários	R\$ 448.279,45

Desembolsos

Crédito Empenhado Pago (Despesa Corrente)	R\$ 848.526,65
Desembolsos Extra-Orçamentários	R\$ 444.981,89
Apuração do Fluxo de Caixa no Período	R\$ 187.795,79

Houve um acréscimo no Resultado do Fluxo de Caixa Equivalentes no exercício de 2016, em relação ao exercício de 2015 no valor de **R\$ 75.986,88** (setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

10. Gestão de risco financeiro

10.1 Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU-RO.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito do CAU-RO está associado à inadimplência dos profissionais de arquitetura/urbanismo (PF/PJ) em relação às anuidades do exercício e de exercícios anteriores. Em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

Para mitigar a inadimplência das anuidades de PF e PJ, o CAU-RO está implantando a cobrança através da dívida ativa.

b) Risco de mercado

Para o CAU-RO não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

c) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU-RO não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

11. PARTES RELACIONADAS

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Porto Velho-RO, 17 de março de 2017.

RONALDO M. HELLA
CRC nº 3.012/O-9
CPF – 873.025.869-34
Assessor Contábil do CAU/RO